



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

**GABINETE DA CORREGEDORIA
SETOR DE CORREIÇÃO/2015
RELATÓRIO**

**8º JUIZADO ESPECIAL FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, com
competência previdenciária**

**Juiz Federal Titular: DR. CASSIO MURILO MONTEIRO
GRANZINOLI**

Partindo de levantamentos realizados no questionário de Autoinspeção, bem como nas informações da última correição e nos mapas estatísticos disponíveis na Seção Judiciária, realizou-se, no período de 08 de junho até 12 de junho de 2015, a correição ordinária eletrônica do 8º Juizado Especial Federal do Rio de Janeiro, em decorrência da qual seguem as seguintes Recomendações, que devem ser analisadas e transformadas em ações concretas, em prazo razoável, tendo em vista a superação da realidade constatada:

RECOMENDAÇÕES:

1. Dar andamento ao processo sem movimentação há mais de 30 dias.
2. Verificar os processos remetidos a órgãos externos com prazo vencido.
3. Observar a correta classificação das sentenças com relação ao Tipo de Intimação, bem como de forma a evitar a indicação como “vazias”.
4. Regularizar, no que couber, o lançamento da fase 18 no sistema Apolo, considerando que o mapa estatístico apontou 840 processos com tal fase não informada.
5. Verificar e retificar, se for o caso, o cadastro de bens apreendidos/acautelados no Apolo, com relação aos processos listados neste relatório.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Considerando as recomendações *supra*, deverá ser encaminhado à Corregedoria, no prazo de 30 (trinta) dias, relatório das providências implementadas.

→ PARTICIPAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL E DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL

Ofícios desta Corregedoria: TRF2-OFI-2015: nº 5466 (PRFN), 5468 (OAB), 5469 (DPU), 5471 (AGU) e 5472 (MPF), todos de 30 de março de 2015, comunicando a ocorrência desta Correição.

Conforme o Ofício nº 7341/2015-PR-RJ-AMLC, de 26/05/2015, a Procuradora da República Aline Mancino da Luz Caixeta foi designada para acompanhar os trabalhos de Correição Ordinária Eletrônica no 8º Juizado Especial Federal do Rio de Janeiro, sem que, todavia, tenha comparecido pessoalmente na sede desta Corregedoria para tanto.

A Defensoria Pública da União, apesar de instada a participar das correições ordinárias, com críticas e sugestões, respondeu através do Ofício n.º 99-DPU RJ/SECGABDPC RJ, de 27/05/2015, que está impossibilitada de fazê-lo, em razão de graves deficiências de ordem material e pessoal.

Por fim, não houve manifestação da PRFN, da OAB e da AGU.

→ ATUAÇÃO DOS JUÍZES

(Resolução nº 01/2008, art. 7º, CJF e Resolução nº 26/2009, art. 1º, TRF da 2ª Região, alterada pela Resolução nº 16/2010, TRF 2ª Região)

Titular: Dr. Cassio Murilo Monteiro Granzinoli, atuando no juízo correicionado desde 12/04/2012 (T2ATP2012/00126).



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Substituto: não há.

→ ORGANIZAÇÃO

Total de Servidores: 14

Analistas Judiciários: 02

Técnicos Judiciários: 09

Técnicos Judiciários/Segurança e Transporte: 02

Auxiliares Judiciários: 00

Requisitados: 01

Estagiários: 00

Fonte: Questionário de Autoinspeção.

→ ACERVO TOTAL
(artigos 32 a 36 da CNCR)

ACERVO DO JUIZADO	CORREIÇÃO 2013	CORREIÇÃO 2015
Total	2.022	1.406
Suspensos	58	15
Tramitação ajustada	1.964	1.391

Fonte: Relatório da Correição de 2013 e Mapa - Movimentação Processual da 1ª Instância/Juizado Especial Federal, constante do módulo Secretaria, no relatório de Estatística de Processos Distribuídos, do Sistema Apolo, relativo ao período de 12/2014 a 05/2015.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

→ ATOS PROCESSUAIS INTIMADOS
(art. 181 da CNCR)

Total de atos processuais intimados (01/12/2014 até 31/05/2015): 7.640

Despachos: 1.798, com tempo médio de conclusão/intimação de 02 dias

Decisões: 3.959, com tempo médio de conclusão/intimação de 02 dias

Sentenças: 1.883, com tempo médio de conclusão/intimação de 11 dias

Mapas: Movimentação Processual da 1ª Instância/Juizado Especial Federal, constantes do módulo Secretaria, no relatório de Estatística de Processos Distribuídos, do Sistema Apolo, relativo ao mês de maio de 2015. Planilha Apolo Excel – Intimados.

→ METAS DO CNJ

(Resoluções CNJ nº 70 de 18/03/2009 e nº 198, de 01/07/2014, e Metas 2015 e 2014, estabelecidas no VIII e VII Encontros Nacionais do Judiciário)

I – META 1/2015: Julgar mais processos que os distribuídos

(Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente)

De acordo com o gráfico obtido do Portal de Estatísticas da 2ª Região, extraído em 01/06/2015, verifica-se que, no juízo correicionado, o **percentual de cumprimento da meta foi de 128%**, como ilustra o gráfico a seguir:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO



II – META 2/2015: Julgar processos mais antigos

(Na Justiça Federal, 100% dos processos distribuídos até 31/12/2010, no 1º e no 2º grau, e 100% dos processos distribuídos até 31/12/2011 e 70% dos processos distribuídos até 31/12/2012, nos Juizados Especiais e Turmas Recursais Federais)

Situação: de acordo com o gráfico obtido do Portal de Estatísticas da 2ª Região, referente à **Meta 2 de 2015**, extraído em 01/06/2015, constam **02 processos** pendentes de julgamento, com última movimentação em menos de 100 dias:

- 0057036-11.2012.4.02.5101 - 51002 - JUIZADO/PREVIDENCIÁRIA - BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO: REVISÃO / CONVERSÃO - trata-se de ação que objetiva a revisão de auxílio doença e aposentadoria, protocolada em 08/11/2012 e distribuída em 12/11/2012 para a 13ª Vara Federal do Rio de Janeiro, e, por fim, redistribuída em 16/01/2013 para o 8º Juizado Especial Federal do Rio de Janeiro. Ante a notícia de óbito do autor no curso do



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

processo, o juízo determinou a sucessão processual em 24/05/2013. Indeferida a habilitação dos filhos do *de cujus* e deferida a habilitação da viúva do falecido em 06/02/2014. Despacho de 06/05/2014 determinou o envio dos autos ao contador judicial para verificação da RMI de aposentadoria por idade e simulação de RMI de uma aposentadoria por invalidez. Despacho de 09/09/2014 nomeou perita médica para realização de perícia indireta, a fim de se apurar a enfermidade que acometia o falecido. Após constatado o descumprimento de juntada de documentos pelo Hospital Pedro II e pela parte autora, foi concedido prazo, em 02/03/2015, e determinada conclusão dos autos para sentença, com ou sem cumprimento. Em 26/05/2015, foi determinada a vista às partes do laudo pericial. Consta, como último movimento processual, a remessa dos autos ao INSS em 05/06/2015.

- 0056059-19.2012.4.02.5101 - 51002 - JUIZADO/PREVIDENCIÁRIA - BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO: CONCESSÃO - trata-se de ação que objetiva a concessão de pensão por morte de ausente, protocolada em 17/10/2012 e distribuída em 18/10/2012 para a 25ª Vara Federal do Rio de Janeiro, e, por fim, redistribuída em 13/11/2012 para o 8º Juizado Especial Federal do Rio de Janeiro. Em 21/11/2012, o juízo suscitou conflito negativo de competência. Acórdão de 25/02/2014, proferido pela Segunda Turma Especializada deste Tribunal Regional, decidiu pela competência do juízo suscitante. Em 07/04/2014 foi determinada à parte autora a regularização de sua representação processual, citação do INSS e expedição de ofícios a concessionárias de serviços públicos. Em 13/06/2014, foi determinada a renovação de expedição de ofício. Concluso o processo para sentença em 30/10/2014, foi convertido em diligência em 09/01/2015 para designação de audiência de instrução e julgamento para 24/02/2015, quando foi colhido o depoimento da parte autora e determinadas diversas diligências para confirmação de dados e apresentação de documentos. Concluso o processo para sentença em 31/03/2015, foi convertido em diligência em 15/04/2015 para expedição de mandado e ofícios de busca de informações sobre o paradeiro do ausente. Constam, como últimos movimentos processuais em



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

maio de 2015, a juntada dos expedientes expedidos com as respectivas certidões.

Fonte: Mapas extraídos do Portal de Estatísticas 2ª Região, link CNJ, de 01/06/2015, e consultas ao Sistema Apolo, posição até 08/06/2015.

III – META 03/2015: Aumentar os casos solucionados por conciliação

(Justiça Federal: aumentar o percentual de casos encerrados por conciliação em relação ao ano anterior)

Não se aplica ao juízo correicionado.

IV – META 4/2015: Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa (STJ, Justiça Federal, Justiça Estadual e Justiça Militar da União e dos Estados)

(Identificar e julgar até 31/12/2015: na Justiça Federal, pelo menos 70% das ações de improbidade administrativa distribuídas até 31/12/2013).

Não se aplica ao juízo correicionado.

V – META 5/2015: Impulsionar processos à execução (Justiça do Trabalho e Justiça Federal)

(Baixar em 2015: na Justiça Federal, quantidade maior de processos de execução não fiscal do que o total de casos novos de execução não fiscal no ano corrente.)

Não se aplica ao juízo correicionado.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

VI – META 6/2015: Priorizar o julgamento das ações coletivas (STJ, Justiça Estadual, Justiça Federal e Justiça do Trabalho)

- Identificar e julgar, até 31/12/2015, as ações coletivas distribuídas: na Justiça Federal, até 31/12/2012, no 1º grau, e até 31/12/2013, no 2º grau;

Não se aplica ao juízo correicionado.

VII – METAS ESPECÍFICAS PARA 2015:

Julgar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente.

Identificar e julgar até 31/12/2015, pelo menos 70% das ações penais e recursos vinculados aos crimes relacionados à improbidade administrativa, ao tráfico de pessoas e ao trabalho escravo distribuídas até 31/12/2013.

Não se aplica ao juízo correicionado.

**→ AUDIÊNCIAS (DE 01/12/2014 A 31/05/2015)
(Art. 35, I, CNCR)**

1. TOTAL: 60 AUDIÊNCIAS DESIGNADAS, sendo a primeira de 02/12/2014 e a última de 27/05/2015.

2. AUDIÊNCIAS REALIZADAS MENSALMENTE:

- . Dezembro de 2014: 06
- . Janeiro de 2015: 08
- . Fevereiro de 2015: 10
- . Março de 2015: 13
- . Abril de 2015: 12
- . Maio de 2015: 11



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Mapa: Agenda de Audiências - módulo Consultas e Relatórios, do Sistema Apolo e SJRJ Intranet Apolo – NPROC – Planilhas Apolo (Excel) – Audiências.

→ PROCESSAMENTO DE FEITOS

1. INICIAIS (Artigos 305 a 316 da CNCR)

Analisados os locais virtuais existentes no órgão correicionado, em 02/06/2015, constataram-se os seguintes endereços:

- INICIAIS, com 01 documento, de 02/06/2015, sob o nº 0056905-75.2015.4.02.5151;
- INICIAIS – POS EMENDA, com 07 documentos, sendo o mais antigo de 29/05/2015, sob o nº 0051895-50.2015.4.02.5151;
- INICIAIS – VERIFICAR PREVENÇÃO, sem processos.

Fonte: Questionário de Autoinspeção. Sistema Apolo – módulo Secretaria – Locais Virtuais (Autorização de Usuário), em 02/06/2015, às 16:00, e módulo Consultas e Relatórios – Processos Distribuídos.

2. BALCÃO DE ENTRADA

07 documentos, sendo mais antigo o de 29/05/2015, às 16:04, sob o nº 0015400-41.2014.4.02.5151.

Fonte: Sistema Apolo – módulo Secretaria – Locais Virtuais (Autorização de Usuário).

3. SISTEMÁTICA DE VERIFICAÇÃO DE PREVENÇÃO (Artigos 305 a 317 da CNCR)



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Conforme informação prestada no questionário de Autoinspeção do juízo correicionado, *"os processos distribuídos entram no JEF através do Balcão de Entrada. Aqueles que indicam possível prevenção são separados e analisados individualmente. Constatada ou não a prevenção a Secretaria providencia a respectiva certidão nos autos que, em seguida, segue conclusos ao Juiz. Não há acúmulo de processos nessa situação."* (item 3.9.1).

Fonte: Questionário de Autoinspeção.

4. TOTAL DE PROCESSOS CONCLUSOS COM PRAZO VENCIDO (Arts. 227 da CNCR)

- a. P/ DESPACHO HÁ MAIS DE 30 DIAS: 00
- b. P/ DECISÃO HÁ MAIS DE 60 DIAS: 00
- c. P/ SENTENÇA HÁ MAIS DE 180 DIAS: 00

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Conclusos, em 01/06/2015, e consulta ao Sistema Apolo – módulo Secretaria.

5. TOTAL DE PROCESSOS SEM MOVIMENTAÇÃO (Arts. 228 da CNCR): 01

- a) ENTRE 31 E 60 DIAS: 01 processo, de nº 0015400-41.2014.4.02.5151 (40 dias)
- b) HÁ MAIS DE 60 DIAS: 00

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Parados e consulta ao Sistema Apolo – módulo Secretaria, posição até 01/06/2015.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

**6. DOCUMENTOS PENDENTES DE JUNTADA
(Arts. 180 e 318 da CNCR)**

Aguardando juntada, em 01/06/2015, 01 documento, de nº 2015.3000.426696-6, referente ao processo nº 0009481-37.2015.4.02.5151.

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Petições.

**7. VERIFICAÇÃO DE EXISTÊNCIA DE CONTROLE DE
PRAZOS JUDICIAIS (Arts. 42, § 2º, e 227 e 228, da CNCR)**

- PRAZO CONTESTAÇÃO, com 35 documentos, sendo o mais antigo o de 20/05/2015, sob o nº 0013430-69.2015.4.02.5151;
- PRAZO RECURSO/CONTRARRAZÕES, com 75 documentos, sendo o mais antigo o de 21/05/2015, sob o nº 0047067-64.2015.4.02.5101;
- PRAZOS RPV, com 05 documentos, sendo mais antigo o de 02/06/2015, sob o nº 0018306-04.2014.4.02.5151;
- PRAZOS DIVERSOS, com 224 documentos, sendo o mais antigo de 06/05/2015, sob o nº 0013832-87.2014.4.02.5151.

Visto em junho/2015.

**8. CUMPRIMENTO DE ORDEM (OFÍCIOS, MANDADOS,
ALVARÁS, RPVS, ETC).**

- EXPEDIR ALVARÁ DE LEVANTAMENTO, com 01 documento de 02/06/2015, sob o nº 0138368-29.2014.4.02.5101;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

- EXPEDIR OFÍCIO/MANDADO, com 01 documento de 02/06/2015, sob o nº 0040344-73.2015.4.02.5151;
- EXPEDIR OFÍCIOS HONORÁRIOS, sem documentos;
- EXPEDIR RPV, sem documentos;
- EXPEDIR TELEX, sem documentos.

Visto em junho/2015.

Fonte: Verificação de escaninhos e consulta ao Sistema Apolo – módulo Secretaria. – Locais Virtuais (Autorização de Usuário)

9. PROCESSOS EM SEGREDO DE JUSTIÇA (Art. 189 da CNCR)

Total em 01/06/2015: 03

- i. Segredo absoluto: 00
- ii. Segredo do Sistema: 00
- iii. Segredo de Peças: 03 processos, sendo os seguintes:
 - 01481878720144025101
 - 00180273720154025101
 - 00376664120154025101.

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Segredo de Justiça e consulta ao Sistema Apolo – módulo Secretaria, posição até 01/06/2015.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

10. PUBLICAÇÕES (Mapa de 01/06/2015)
(Art. 181 da CNCR)

- a. Total de processos publicados (de 12/2014 a 05/2015): 4.714
- b. Total de Boletins: 61
- c. Média de processos/boletins: 77,28 processos
- d. Tempo médio de dias/publicação: 5,46 dias

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Publicações.

11. PROCESSOS COM REMESSA EXTERNA/PRAZO

Constam 03 processos com prazo vencido, na seguinte situação:

Processo	Destino	Data de Remessa	Data final do prazo	Dias vencidos
0163437-63.2014.4.02.5101	MPF	13/05/2015	25/05/2015	18
0131323-52.2013.4.02.5151	MPF	28/05/2015	05/06/2015	07
0112447-15.2014.4.02.5151	MPF	01/06/2015	12/06/2015	00

Fonte: Apolo – Secretaria - Estatística de processos remetidos, extraído em 12/06/2015, referente ao período de 12/06/2014 a 12/06/2015.

12. SUSPENSÃO DE PROCESSOS: CÍVEIS

- a) Total de processos suspensos (em 01/06/2015):



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

. Cíveis: 16

b) Motivo da suspensão:

- Aguarda decisão de instância superior - 07
- Outros - Fase Conhecimento - 03
- Outros - Fase/Processo Execução - 01
- Repercussão geral - 05

Há determinação judicial de suspensão nos seguintes processos analisados, por amostragem, de acordo com o mapa extraído do Apolo-Excel, em 01/06/2015:

c) Análise dos processos:

- Aguarda decisão de instância superior:

00053258420074025151
00094284620144025101
00133518020144025101
00016104320144025101
00176542120134025151

- Outros - Fase Conhecimento:

00023216320124025151
00182982720144025151
01813665620144025151

- Outros - Fase/Processo Execução:

00313897720134025101

- Repercussão geral:

00381357820084025151



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

00403659320084025151
00615668320044025151
00157431320094025151
00310749820104025151

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Suspensos e consulta ao Sistema Apolo – módulo Secretaria, posição até 01/06/2015.

13. SENTENÇAS (no período de 01/12/2014 a 31/05/2015):
(Res. 535/2006 do CJF e arts. 219 a 221 da CNCR)

Total: 1.883

- a. Convertidas em diligência: 68
- b. Embargos de declaração acolhidos: 27
- c. Embargos de declaração acolhidos em parte: 03
- d. Embargos de declaração não conhecidos: 02
- e. Embargos de declaração rejeitados: 34
- f. **Extinção da punibilidade - decadência/perempção: 01 processo de nº 0035690-43.2015.4.02.5151**
- g. Resolução de mérito:
 - i. Conciliação/transação homologada: 07
 - ii. Pedido improcedente: 371
 - iii. Pedido improcedente – dispensada a citação: 512
 - iv. Pedido procedente: 90
 - v. Pedido procedente em parte: 115
 - vi. Reconhecida prescrição/decadência: 67
 - vii. Reconhecimento da procedência do pedido pelo réu: 03
 - viii. Pedido procedente com tutela deferida: 210
 - ix. Pedido procedente com tutela deferida parcialmente: 05
 - x. Pedido procedente em parte com tutela deferida: 102



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

- xi. Pedido procedente em parte com tutela deferida parcialmente: 05
- h. Sem resolução de mérito: 217
 - i. Desistência da ação: 06
 - ii. Indeferimento da petição inicial: 32

i. Vazias: 06

Observação: verificou-se, salvo melhor juízo, que o processo nº 0035690-43.2015.4.02.5151 foi classificado como "Extinção da punibilidade - decadência/perempção", inferindo-se, contudo, da movimentação processual extraída do Sistema Apolo, que se trata de ação proposta para revisão de RMI de benefício previdenciário, julgada improcedente por decadência.

14. REGISTRO E CLASSIFICAÇÃO DE SENTENÇA
(Res. 535/2006 do CJF)

Nos processos consultados, por amostragem, no sistema Apolo, não foram encontradas irregularidades, constando corretamente o lançamento dos tipos de sentenças proferidas.

Sentença Tipo A (fundamentação individualizada):

00194857020144025151
01285295820134025151
00174287920144025151
01317692120144025151
01810841820144025151

Sentença Tipo B1 (homologatória de acordo):

00093486320134025151



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

01537986520144025151
00147656020144025151
01523687820144025151
00063517320144025151

Sentença Tipo B2 (sentenças repetitivas – padronizadas):

00126299020144025151
00490261720154025151
00074495920154025151
00244999820154025151
00452752220154025151

Sentença Tipo C (sem resolução de mérito):

01651640420144025151
00198634520154025101
00213287020144025151
00451955820154025151
00325725920154025151

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Intimados e consulta ao Sistema Apolo – módulo Secretaria, posição em 05/06/2015.

15. CRITÉRIOS DE JULGAMENTO (PREFERÊNCIAS LEGAIS)
(Art. 217 da CNCR)

Conforme informação prestada no questionário de Autoinspeção do juízo correicionado, para o tratamento específico dos feitos com prioridade legal ou META/CNJ, "*é feito controle dos locais virtuais semanalmente, identificando-se os processos com prazos vencidos, além dos que possuem prioridade legal, para o devido processamento.*" (item 3.15.2).



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

16. LOCALIZAÇÃO E SEPARAÇÃO DOS PROCESSOS DO GABINETE

Conforme informação prestada no questionário de Autoinspeção do juízo correicionado, *"o 8º JEF possui competência previdenciária. Atualmente as tarefas são divididas entre Apoio ao Gabinete e Secretaria. O responsável pelo Apoio ao Gabinete é o servidor Osiris, que exerce a função de Oficial de Gabinete. Nesse setor as atividades consistem em minutas de decisões e sentenças, audiências de conciliações, além de audiências de instrução e julgamento. As minutas das sentenças mais complexas, do tipo A, são de responsabilidade dos servidores Osiris e Evandro. Já as demais minutas de sentenças, inclusive as extintivas, são divididas pelos outros quatro servidores, Patrícia Carneiro, Salete, Patrícia Guttmann e Waléria. [...]"* (item 2.3)

Verificou-se ainda a informação de que *"o prazo para prolação de sentenças é aquele fixado pela Corregedoria (180 dias). Como a maior parte dos processos distribuídos a este JEF previdenciário envolvem demandas consideradas repetitivas/padronizadas, a prolação de sentenças se dá quase de maneira imediata. O controle é feito através de constante análise dos locais virtuais (escaninhos), bem como por meio de relatórios do sistema APOLO (Relatório de Processos Parados há Dias e Processos Concluídos até Hoje). Não há acúmulo de processos conclusos para sentença."* (item 3.13)

Por fim, relatou-se que, quanto ao critério específico para determinar os feitos a serem julgados, exceto aqueles com preferência legal, *"os feitos a serem julgados são inicialmente triados em Secretaria e remetidos aos locais virtuais específicos do Gabinete, conforme o caso (terminativas, padronizadas, incapacidades, pensões por morte, embargos de declaração e processamento/residual). Conforme já informado anteriormente, não há acúmulo de processos conclusos para sentença. Os servidores lotados no Gabinete dividem o acervo, conforme entrada, por matéria."* (item 3.14)



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Analizados os locais virtuais existentes relativos ao Gabinete do órgão correicionado, em 05/06/2015, às 14:10, constataram-se os seguintes endereços:

- GAB EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - sem processos;
- GAB PROCESSAMENTO - com 07 documentos, sendo o mais antigo de 29/05/2015, sob o nº 0184553-2014.4.02.5151;
- GAB SENTENÇA HOMOLOGATÓRIA - sem documentos;
- GAB SENTENÇA LOAS, AUX. DOENÇA, AP. INVALIDEZ - sem documentos;
- GAB SENTENÇA PADRONIZADA (ORTN / IRSM / 29§5º / 144 / OUTRAS) - sem documentos;
- GAB SENTENÇA PENSÃO POR MORTE - sem documentos;
- GAB SENTENÇA TERMINATIVA NÃO CUMPRIU / IMPROC PLANO / EXTINTIVA - com 01 documento, sendo de 03/06/2015, sob o nº 0028874-45.2015.4.02.5151.

Fonte: Questionário de Autoinspeção. Sistema Apolo – módulo Secretaria – Locais Virtuais (Autorização de Usuário), em 05/06/2015, às 14:19.

17. EXECUÇÃO (art. 333 da CNCR)

Fase 18:

Informada em 522 processos, em 09/06/2015.

Não informada em 840 processos.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Fonte: Portal de Estatísticas da 2ª Região - Execução de Sentença.

18. REQUISIÇÕES DE PAGAMENTO – RPV E PRECATÓRIO (de 01/12/2014 a 31/05/2015)

(Art. 217, II, da CNCR)

- a. Total de requisições: 1.032
- b. Tempo médio entre o último julgamento e o total de requisições enviadas: 118 dias
- c. Eletrônicos: 1.028
- d. Físicos: 04

- RPV's Juizado Especial:

- . Total do cadastro: 1.014
- . Cadastrados: 111
- . Conferidos: 52
- . Enviados: 851

- Precatórios (Parcela única):

- . Total do cadastro: 18
- . Cadastrados: 03
- . Conferidos: 02
- . Enviados: 13

- Precatórios Parcelados: 00

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Precatório e RPV.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

➔ **BENS ACAUTELADOS/APREENDIDOS (Resolução CJF n.º 428, de 07/04/2005)**

Total de acautelamentos/apreensões (inclusive baixados): 48 processos (01/01/1900 a 03/06/2015).

Registre-se que não foram encontrados processos com bens de conteúdo econômico e/ou passíveis de perdimento ou expropriação.

O relatório de Inspeção Ordinária Anual realizada no juízo correicionado, no período de 11 a 15 de maio de 2015, informou que "*quanto aos documentos acautelados, todos se encontram devidamente cadastrados junto ao Sistema Processual Informatizado e guardados em armário na Secretaria do Juízo.*" (item 22)

Contudo, observou-se que em 03 processos não consta a localização do bem acautelado/apreendido, conforme listagem abaixo:

00037913220124025151
00092617320144025151
00218735320084025151

Verificou-se, ainda, que em 26 processos consta a localização do bem acautelado/apreendido, mas com indicação de baixa, conforme listagem abaixo:

00001406520074025151
00034446220134025151
00071684020144025151
00096344620104025151
00100386820084025151
00105764920084025151
00129625220084025151



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

00159299420134025151
00232121320094025151
00268646720114025151
00270168620094025151
00277532620084025151
00281424020104025151
00373960820084025151
00439119320074025151
00451552320084025151
00510526120104025151
00563588420054025151
00849645420074025151
00919546120074025151
01046873020054025151
01281329620134025151
01306263120134025151
01847554920144025151
05062183720084025101
08134229320074025101

Fonte: Apolo – Módulo Consultas e Relatórios - Relatório de material apreendido/acautelado. Relatório de Inspeção Anual.

**→ LIVROS E PASTAS OBRIGATÓRIOS
(ART. 147 a 151 da CNCR)**

Conforme informação prestada no relatório de Inspeção Ordinária Anual realizada no juízo correccionado, no período de 11 a 15 de maio de 2015, foram indicados os seguintes livros e pastas:

Livros:

I) Livro de Ponto;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

- II) Livro de Reclamações;
- III) Livro de Carga de Autos a Advogados e Auxiliares do Juízo.

Pastas:

- IV) Pasta de Relatório de Inspeção;
- V) Carga ao Ministério Público Federal - Com a redução do número de processos físicos, o mesmo não tem registro de carga para o Órgão desde 2009. Quanto aos processos eletrônicos o relatório é emitido pelo Sistema de acompanhamento Processual;
- VI) Pasta de Atos do Plantão – regular contendo todos os atos praticados pelo juízo durante os plantões, sendo o último ocorrido no período de 30/03 a 02/04/2015;
- VII) Pasta de Alvará de Levantamento;
- VIII) Remessa às Turmas Recursais;
- IX) Remessa ao INSS;
- X) Remessa à Defensoria Pública da União;
- XI) Remessa de autos Contadoria e SEADI;
- XII) Processos Devolvidos das Turmas Recursais;
- XIII) Processos Devolvidos da Contadoria, SEADI e Arquivo;
- XIV) Remessa de autos ao Arquivo;
- XV) Guias Recebidas – Protocolo de Petições;
- XVI) Certidões Expedidas pela Secretaria;
- XVII) Correspondências Recebidas;
- XVIII) Ofícios Expedidos pela Secretaria;
- XIX) Correio;
- XX) Patrimônio;
- XXI) Material;
- XXII) Portarias Expedidas;
- XXIII) Procurações e Autorizações;
- XXIV) (AJG) – Cadastro de Profissionais;
- XXV) Petições do INSS Depositadas em Juízo.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

→ ESPAÇO FÍSICO

Nada foi mencionado sobre o espaço físico e instalações do juízo correicionado no Questionário de Autoinspeção ou no Relatório de Inspeção Ordinária Anual.

Fontes: Questionário de Autoinspeção e Relatório de Inspeção Anual.

→ METAS FIXADAS PELO JUÍZO A SEREM ATINGIDAS A PARTIR DA AUTOINSPEÇÃO

Conforme informação prestada no questionário de Autoinspeção do juízo correicionado, foram definidas as seguintes metas a serem alcançadas:

- Metas de curto prazo (3 meses): identificar e julgar 100% dos processos distribuídos até 2013;
- Metas de médio prazo (6 meses): reduzir o acervo atual em 20%;
- Metas de longo prazo (1 ano): cumprir a meta 1 do CNJ, que é julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos ao longo de um ano.

RELATÓRIO ELABORADO POR:

Patrícia Aparecida dos Santos Ferreira, Mat. n.º 15.641